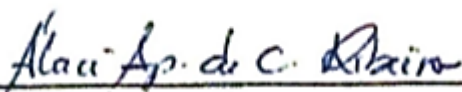


FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO FINAL

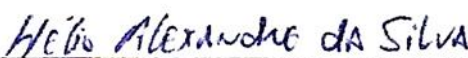
Nº Processo Fapesp 2019/12661-8

O POLÍTICO E O SOCIAL EM ROUSSEAU: SOBRE POBREZA, DESIGUALDADE E  
POPRIEDADE NO *SEGUNDO DISCURSO* E NO ARTIGO *ECONOMIA MORAL E  
POLÍTICA*



---

Bolsista: Álaci Aparecida de Castro Ribeiro



---

Orientador: Profº Dr. Hélio Alexandre da Silva

## Objetivo geral

a) Essa pesquisa pretende, através da investigação do *Segundo Discurso* e do artigo *Economia (Moral e Política)* ambos escritos no ano de 1755, responder duas questões que se articulam: (1) *Para Rousseau, a pobreza pode gerar despotismo?* (2) *A “vontade geral” tal como expressa no artigo Economia (moral e política) pode combater a primeira e superar o segundo?* Para encaminhar a investigação que pretende oferecer uma resposta a essa questão será preciso entender as relações entre o social e o político construídas por Rousseau nas duas obras supracitadas. Mais especificamente, será preciso compreender os conceitos de *propriedade*, *desigualdade*, *pobreza*, *pacto dos ricos*, *despotismo* (ou *injustiça* conforme sugere Vaughan) e *vontade geral*.

## Objetivos específicos

Orientados pelas perguntas que guiam esse projeto, apresentada no objetivo geral, pretendemos:

- a) Investigar os contornos do conceito de *propriedade* e as diferenças dos conceitos de *pobreza* e de *desigualdade* no *Segundo Discurso*;
  - a.1) Investigar como Neuhouser, em sua obra *Rousseau's Critique of Inequality*, especialmente no capítulo *IV Judging the Legitimacy of Social Inequalities*, interpreta os contornos e diferenças dos conceitos de *pobreza* e *desigualdade* no *Segundo Discurso*;
- b) Investigar os contornos do conceito de *pacto dos ricos* no *Segundo Discurso* e sua relação com o *despotismo*;
  - b.1) Investigar os contornos do conceito de *vontade geral* no artigo *Economia (Moral e Política)* como capaz de produzir um “*governo legítimo e popular*” que possa “*proteger o pobre contra a tirania do rico*”;

- c) Investigar como Vaughan, em sua obra *Poverty, Justice and Western Political Thought*, especialmente no capítulo IV “*The Noble Poor: Jean Jacques Rousseau and Adam Smith*” aproxima *despotismo*, *injustiça* e *pobreza* em Rousseau;
- d) A partir dos passos apresentados acima buscaremos responder as duas questões que orientam esse projeto.

## SUMÁRIO

Introdução .....	5
A natureza humana em Rousseau: a base de seu discurso social e político .....	7
Pobreza .....	15
Pobreza e injustiça .....	18
O indivíduo como produto social .....	20
O político e o social em Rousseau: a pobreza e a sua relação com o despotismo.....	30
A vontade geral e o combate à pobreza e ao despotismo .....	34
Conclusão .....	36
Bibliografia.....	38

## Introdução

Sharon K. Vaughan ensina Teoria Política e é pesquisadora na área da pobreza<sup>1</sup>. Seu livro *Poverty, Justice and Western Political Thought* é resultado de seu trabalho sobre o tema. Todavia, o que nos interessa em sua obra é a proximidade que Vaughan irá estabelecer entre *despotismo, injustiça e pobreza* no pensamento de Rousseau, mais precisamente no capítulo IV “*The Noble Poor: Jean Jacques Rousseau and Adam Smith*”. Logo de início, um dos pontos ressaltados pela autora é que, segundo o filósofo genebrino, a sociedade civil é a responsável por corroer a bondade natural humana, ou seja,

(...) com o aparecimento da propriedade privada e da sociedade comercial, a maioria dos seres humanos vive sob a tirania da opinião, preocupando-se mais com o que os outros pensam de suas aparências e posses do que com sua humanidade<sup>2</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 64).

Assim, a autora reforça que para Rousseau, as aparências são muito mais enganadoras, na medida em que parecer virtuoso torna-se muito mais importante do que ser. Isso fez com que Rousseau buscasse uma forma pela qual “os seres humanos pudessem viver todos juntos, fazendo com que o materialismo, a ganância e a pobreza não representassem mais uma armadilha na convivência mútua”<sup>3</sup>. Antes de tudo, como demonstra Vaughan, é preciso deixar claro que Rousseau tem uma visão positiva sobre a natureza humana, visão esta que se estende também em relação aos pobres. Para a autora, “pode-se argumentar que Rousseau, (...) [admira] o caráter nobre daqueles que vivem na pobreza”<sup>4</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 64). Não é difícil de

---

<sup>1</sup> Sharon K. Vaughan teaches political theory at Morehouse College in Atlanta, Georgia. She received her M.A. and Ph.D. in Government from the University of Texas at Austin. She was a 2005 recipient of a research grant from the University of Kentucky Center for Poverty Research and coauthored “Hobbes’s Religion and Political Philosophy: A Reply to Greg Forster,” with A. P. Martinich and David Williams, which is forthcoming in *Journal of History of Political Thought*.

<sup>2</sup> with the onset of private property and commercial society, most human beings live under the tyranny of opinion, caring more about what others think of their appearances and possessions than about their humanity

<sup>3</sup> he searches for a way that human beings can live together without all the trappings of materialism, greed, selfishness, and poverty.

<sup>4</sup> In fact, one could argue that Rousseau as well as Smith admire the noble character of those who live in poverty.

se compreender, portanto, que para o filósofo o surgimento da propriedade privada marca também o aparecimento da desigualdade, algo que já apontamos no primeiro relatório dessa pesquisa, mas que retomaremos aqui a partir da interpretação de Vaughan. Contudo, Rousseau não condena o usufruto da propriedade, a autora reforça que para ele “a propriedade privada é um dos direitos mais fundamentais de todos os indivíduos”<sup>5</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 64), entretanto é preciso que haja uma tributação progressiva e impostos suntuosos.

Apesar da aparente sensibilidade que Rousseau demonstra ter em relação aos pobres, a autora afirma que a questão da pobreza para o filósofo é relativa. Segundo Vaughan, “os pobres que vivem em sociedades industriais vivem bem em relação aqueles que vivem em sociedades pré-industriais”<sup>6</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 64). Essa relativização, porém, não é levada a fundo a princípio<sup>7</sup>, a autora apenas demonstra que esta seria uma das razões pelas quais Rousseau condena o dinheiro e o luxo, por serem “tão prejudiciais aos seres humanos e à sociedade civil”<sup>8</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 64).

A partir disso, Vaughan começa a investigar mais profundamente a pobreza em Rousseau, levando em conta sua proximidade com a injustiça e o despotismo, ou seja, “como uma sociedade justa deve tratar os pobres e que medidas, se alguma houver, o governo deve tomar para resolver o problema da pobreza”<sup>9</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 64). Mas antes de tratar especificamente dessa questão, a autora irá analisar a natureza humana e como esta se desenvolveu para o filósofo genebrino.

---

<sup>5</sup> private property is one of the most fundamental of all individual rights

<sup>6</sup> the poor living in industrial societies are rather well off when compared to those living in pre-industrial ones

<sup>7</sup> Vaughan chamará atenção novamente para essa relativização da pobreza nos tratados políticos de Rousseau feitos sobre o governo de Córsega e Polônia. Ali, a autora dirá que “Para Rousseau, a pobreza era um conceito relativo, especialmente relacionado ao dinheiro. Ele faz essa afirmação duas vezes, uma vez no texto sobre a Córsega e outra vez naquele que trata do governo da Polônia. No caso da Córsega, ele acredita que a história deles ilustra que as pessoas que não podiam arrecadar dinheiro suficiente para pagar seus impostos se sentiam pobres. Ele propõe um sistema de trocas e contribuições em espécie em que os cidadãos podem restringir o uso do dinheiro. É nesse espírito que ele os aconselha a limitar o comércio, porque ele diz: “Todos devem ganhar a vida e ninguém deve ficar rico.” Com o objetivo de incentivar os corsos a não buscarem luxos, ele defende um imposto sumptuário, que deveria ser mais severo para os líderes do governo” (Vaughan, 2009, p. 79).

<sup>8</sup> are so damaging to human beings and civil society

<sup>9</sup> how a just society ought to treat the poor and what steps, if any, government should take to solve the problem of poverty

*A natureza humana em Rousseau: a base de seu discurso social e político*

A partir do *Segundo Discurso*, Vaughan irá reconstruir o caminho percorrido por Rousseau para responder a pergunta que fora feita pela Academia de Dijon em 1755: qual é a origem da desigualdade entre homens e se ela é autorizada pela lei natural. Diante disso a autora diz que:

A teoria política deve uma grande gratidão à Academia por fazer essa pergunta porque a resposta que Rousseau fornece foi um dos trabalhos mais instigantes da filosofia política. Formalmente chamado de *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, é mais comumente referido como o *Segundo Discurso*. Este trabalho é notável por várias razões, mas não menos importante entre eles é como Rousseau oferece desafios formidáveis para Hobbes e Locke. Ambos apelaram para a ideia de um ‘estado da natureza’ como um estado pré-político, ou seja, um estado sem governo ou estado de direito. Segundo Hobbes, o estado de natureza era ‘a guerra de todos contra todos’. Assim, ele acreditava que uma vez que não havia leis, cada pessoa teria o direito de fazer o que quisesse. Isto inclui tirar a vida de alguém<sup>10</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 70).

Minuciosamente, Vaughan irá demonstrar como a teoria de Locke e Hobbes são contrárias à de Rousseau e, nesse esforço, uma das ênfases tratadas pela autora está na descrição do indivíduo no estado de natureza, pois

Rousseau acredita que Hobbes e Locke estão errados sobre suas opiniões a respeito da natureza humana. Em vez de descrever o primeiro ser humano, que ele chama de homem selvagem ou homem natural, ele

---

<sup>10</sup> Political theory owes a great debt of gratitude to the Academy for posing this question because Rousseau’s answer provides one of the most thought-provoking works in political philosophy. Formally called the *Discourse on the Origin and Foundations of Inequality Among Men*, it is more commonly referred to as the *Second Discourse*. This work is remarkable for several reasons, but not least among them is how Rousseau provides formidable challenges to both Hobbes and Locke. Both appealed to the idea of a “state of nature” as a pre-political state, that is, a state without government or rule of law. According to Hobbes, the state of nature was “the war of all against all.”<sup>51</sup> Thus, he believed since there were no laws, each person would be entitled to do whatever he, or she desired. This includes taking someone’s life.

diz, eles estão de fato descrevendo o homem civil<sup>11</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 71).

O argumento usado por Rousseau, acerca disso, escreve Vaughan, baseia-se em uma das passagens do *Segundo Discurso*, quando o filósofo diz que “todos os filósofos falando, ‘continuamente de necessidade, avareza, opressão, desejos e orgulho têm transferido para o estado de natureza as ideias que eles [seres humanos] adquiriram na sociedade’”<sup>12</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 71). Dessa forma, todos esses vícios fundam-se na corrupção da sociedade civil, ou seja, “certamente, eles não são naturais para os seres humanos. Antes, o homem é naturalmente bom e, portanto, todas as más qualidades atribuídas ao homem natural são falsas”<sup>13</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 71).

Vaughan segue Rousseau ao descrever como é o estado de natureza e como o indivíduo coloca-se perante ele. Primeiro, ela destaca que há o interesse primordial no bem-estar e na autopreservação. Segundo, ela chama a atenção para a “repugnância natural” do homem ao presenciar o sofrimento alheio, seja ele de qualquer espécie. Assim sendo, “a razão ou a sabedoria não desempenham nenhum papel, pois os seres humanos naturalmente sentem compaixão por outros seres sentimentais” em outras palavras, “este ‘Impulso Interior’, como Rousseau o chama, impede a humanidade de prejudicar outros animais humanos e não humanos”<sup>14</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 71).

---

<sup>11</sup> Rousseau believes that both Hobbes and Locke are wrong about their views of human nature. Instead of describing the first human being, which he calls savage man or natural man, he says, they are in fact describing civil man.

<sup>12</sup> all of the philosophers speaking, “continually of need, avarice, oppression, desires, and pride, have transferred to the state of nature the ideas they [that is, human beings] acquired in society

<sup>13</sup> Certainly, they are not natural to human beings.<sup>60</sup> Rather, man is naturally good and thus all the evil qualities that have been ascribed to natural man are false.

<sup>14</sup> reason or wisdom plays no role since human beings naturally feel compassion toward other sentient beings. This “inner impulse” as Rousseau calls it, prevents humankind from doing harm to other human and non-human animals.



De fato, Rousseau acredita que os seres humanos preservaram sua capacidade de sentir pena “uma vez que o impulso natural não foi totalmente destruído”<sup>15</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 71). Além disso, a autora também observa como a desigualdade foi construída no pensamento rousseauiano. Sempre próxima ao texto de Rousseau, ela ressalta os dois tipos de desigualdade, a natural e a artificial. Ou nas palavras com que o próprio autor se refere a isso no *Segundo Discurso*, uma que “chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza” e, portanto independe da vontade e das decisões dos homens. E outra que “se pode chamar de desigualdade moral ou política” precisamente porque “depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens” (ROUSSEAU, 1983a, p. 235). A partir disso, a autora irá demonstrar que a desigualdade atua diretamente na relação que se estabelece entre os homens em sociedade, porém, primeiramente ela reforça que:

Não há nada que possa ser feito sobre o primeiro tipo de desigualdade, no entanto, o segundo tipo, ou seja, as desigualdades artificiais, não são determinadas pela natureza e afetam os seres humanos porque eles fazem com que alguns se tornem mais ricos e mais honrados na sociedade<sup>16</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 72).

Consequentemente, isso fez com que as desigualdades artificiais fossem promotoras da opressão de alguns homens em relação a outros. Logo, insiste a autora, para explicar as desigualdades artificiais Rousseau separa “o que é originalmente natural no homem daquilo que o homem criou para ele”. Para realizar essa tarefa ele opera um exercício racional hipotético para voltar antes da civilização e aprender ou redescobrir o homem natural ou selvagem<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> since the natural impulse has not been totally destroyed

<sup>16</sup> There is nothing that can be done about the first type of inequalities, however, the second type, that is, the artificial inequalities, are not determined by nature and they affect human beings because they cause some to become wealthier and more honored in society.

<sup>17</sup> Rousseau’s aim in the *Second Discourse* is to explain the origins of these artificial inequalities, but in order to do that one must first discern what is originally natural to man from what man has created for him. As a result, one must go back in time before civilization to learn about or rediscover natural or savage man.

(VAUGHAN, 2009, p. 72). Ao mostrar esse movimento no texto de Rousseau, Vaughan percorre os mesmos passos presentes no *Segundo Discurso*. Segundo a autora, o filósofo genebrino

(...) sugere que os seres humanos evoluíram de bípedes primitivos para os indivíduos altamente desenvolvidos da modernidade. Desde que o homem natural era simples e concentrado em satisfazer necessidades imediatas, como fome ou sede, não possuía curiosidade e previsibilidade. Todas as suas necessidades eram satisfeitas. Ele era saudável e robusto ao contrário dos homens da sociedade moderna, *onde os ricos são superalimentados por alimentos ricos e saudáveis e os pobres são mal alimentados*. Além disso, algumas pessoas estão ociosas enquanto outros estão sobrecarregados. Não há doenças, ansiedades, excessos e tristezas que vê-se no mundo moderno que estavam presentes no estado de natureza, diz ele, a civilização gera essas aflições. Rousseau compara o homem moderno ao animal domesticado, pois ambos são subservientes e perderam a capacidade de tentar sobreviver em seus habitats naturais. Enquanto o homem moderno se oferece mais luxos do que animais domésticos, esses confortos servem apenas para sua deterioração. Segundo Rousseau, no entanto, uma coisa que os animais não-humanos compartilham com os seres humanos é que ambos são naturalmente preguiçosos<sup>18</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 12. Grifo nosso)

Importa destacar nessa passagem uma produção típica do engenho humano e que se relaciona com um dos objetivos dessa pesquisa, a saber, a diferença entre a alimentação farta e abundante disponível aos ricos e a carência dos alimentos necessários aos pobres. O que

---

<sup>18</sup> He suggests that human beings developed from primitive bipeds into the highly developed individuals of modernity. Since natural man was simple and focused on satisfying immediate needs such as hunger or thirst, he lacked curiosity and foresight. All his needs were satisfied. He was healthy and robust unlike men in modern society where the wealthy are overfed with rich, unhealthy foods, and the poor are underfed. In addition, some individuals are idle while others are overworked. No diseases, anxieties, excesses, and sadness that one sees in the modern world were present in the state of nature, he says, because civilization generates these afflictions. Rousseau compares modern man to domesticated animals since both are subservient and have lost their abilities to survive in their natural habitats. While modern man affords himself more luxuries than domesticated animals, those comforts only serve to further his deterioration. According to Rousseau, however, one thing that non-human animals do share with human beings is that both are naturally lazy.

Rousseau permite notar, segundo Vaughan, é que é a sociedade moderna a responsável pelo cenário de privação que marca os pobres e o de abundância que distingue os ricos. Há ainda de se considerar que há várias diferenças entre o homem e os animais “não-humanos”, dentre elas, Vaughan destaca a capacidade que esses têm em seguir seus instintos, em oposição ao livre-arbítrio exercido pelo homem. Além disso, “os seres humanos têm a ‘faculdade de auto perfeição’, que, segundo Rousseau, é a fonte de todos os infortúnios subsequentes dos homens”<sup>19</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 72). Essa capacidade de “auto perfeição” também é conhecida como perfectibilidade<sup>20</sup> e a partir dela, Vaughan diz que os homens abandonam sua vida simples e natural. Assim,

À medida que os seres humanos evoluíram ao longo dos séculos, suas vidas se tornaram mais complicadas e suas necessidades mais numerosas. O homem natural era livre e inocente, enquanto o homem moderno é dependente e corrupto. De fato, Rousseau diz que o estado de natureza era um lugar de paz e os indivíduos eram autossuficientes. Essa autossuficiência significava que o homem selvagem estava livre ‘das cadeias de dependência’, que contrastam fortemente com o homem moderno, que é retido pelos ‘laços de servidão’<sup>21</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 72).

A razão entra como um elemento de corrupção da natureza humana, pois “é a razão e não o mal inerente que afasta os indivíduos daquele sentimento natural [a piedade] porque causa

---

<sup>19</sup> Further, human beings have the “faculty of self-perfection,” which, according to Rousseau, is the source of all men’s subsequent misfortunes.

<sup>20</sup> A perfectibilidade é uma característica natural do homem que é descrita, segundo Rousseau, como “a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo” (ROUSSEAU, 1983a, p. 243).

<sup>21</sup> As human beings evolved through the centuries, their lives became more complicated and their needs more numerous. Natural man was free and innocent whereas modern man is dependent and corrupt. Indeed, Rousseau says that the state of nature was a place of peace and individuals were self-sufficient. This self-sufficiency meant that savage man was free “from the chains of dependence,” which stands in stark contrast to modern man, who is held down by the “bonds of servitude.”

egocentrismo e mais reflexão serve apenas para forçar isso”<sup>22</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 73). Assim, juntamente com o advento da propriedade privada, houve também a formação da sociedade civil. Evidentemente, o percurso até esse estágio foi longo e “com o tempo, a vaidade e o egocentrismo do homem aumentaram”<sup>23</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 73). Logo,

Ao estabelecer sua superioridade em relação aos animais não-humanos, o homem ficou preocupado com sua individualidade. A primeira “revolução” que levou à desigualdade aconteceu quando as famílias começaram a construir cabanas, que introduziram propriedade privada e os conflitos logo se seguiram. Ao longo dos anos, ele pensa que as necessidades dos seres humanos se tornaram maiores porque eles queriam mais conveniências, e com essas conveniências veio mais dependência e menos liberdade<sup>24</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 73).

Ademais, conforme a sociedade se estabelecia, privar alguém de obter as conveniências modernas criou no indivíduo mais infelicidade do que a própria felicidade que se poderia ter ao possuí-las. Em outras palavras, Rousseau “também está apontando que quanto mais bens se adquire, mais [é possível] ficar sobrecarregado por eles”<sup>25</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 73). Além disso, as verdadeiras necessidades tornam-se cada vez mais emaranhadas com os desejos dos indivíduos, isso faz com que os dois acabem sendo indistinguíveis. Com isso, “As ideias de mérito e beleza acompanham essas novas necessidades. O carinho e a paixão se desenvolvem entre os sexos e com eles vem o ciúme”. O quadro de animosidade se aprofunda na medida em que “Quanto mais e mais pessoas vivem próximas e têm oportunidade de socializar, a competição cresce entre indivíduos e as famílias”. O resultado final dessas

---

<sup>22</sup> it is reason and not inherent evil that alienates individuals from that natural feeling because it causes egocentrism and further reflection only serves to reinforce it

<sup>23</sup> which time man’s vanity and egocentrism increased

<sup>24</sup> As he established his superiority over non-human animals, man became concerned with his individuality.<sup>82</sup> The first “revolution” that led to inequality happened when families started to build huts, which introduced private property and conflict soon followed. Through the years, he thinks that human beings’ needs became greater because they wanted more conveniences, and with these conveniences came more dependence along with less freedom.

<sup>25</sup> He is also pointing out that the more possessions one acquires the more one becomes burdened by them.

transformações é que os indivíduos “fazem julgamentos sobre quem é o mais bonito, o mais forte, o mais inteligente, etc. Rousseau diz que este é o primeiro passo em direção à desigualdade”<sup>26</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 73).

A autora também mostra que a metalurgia e a agricultura também desempenham um papel importante na medida em que ambas produzem “a maior revolução”, pois a partir delas “foi necessário minerar o ferro, fundi-lo e forjá-lo”<sup>27</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 73). Assim, o trabalho foi instituído e, conseqüentemente, uma nova cadeia de necessidades foi aberta. Desse modo, novos “trabalhadores tiveram que ser alimentados, mas havia menos agricultores para produzir a comida enquanto o número de quem precisava de comida não diminuiu”. Outro elemento decisivo é que “Os indivíduos tinham talentos diferentes e, portanto, alguns faziam o trabalho, enquanto outros se aproveitaram dele”. Aqui também surge um aspecto relevante para essa pesquisa, qual seja, aquele que mostra que a divisão de talentos ajudou a aprofundar a desigualdade. Em outras palavras, ela permitiu que a sociedade nascente fosse marcada pelo fato que “O rico dependia do pobre para seu trabalho, [e] os pobres dependiam dos ricos para emprega-lo e ajuda-lo”. Assim, como se pode imaginar, “juntamente com a desigualdade, os seres humanos perderam sua liberdade e independência”<sup>28</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 73-74).

À medida em que essas diferenças cresciam, fortalecendo a desigualdade, aumentavam também a ambição e a maldade, como resultado, instaurou-se o conflito perpétuo, gerando assim o estado de guerra. Vaughan descreve esse momento da seguinte forma:

*Com todo mundo miserável, os ricos elaboraram um plano para controlar e usar os pobres para obter vantagem. Esse plano não era*

---

<sup>26</sup> The ideas of merit and beauty accompany these new needs. Affection and passion develop between the sexes and with them comes jealousy. As more and more people live closer together and have occasion to socialize, competition grows among individuals and families. Individuals make judgments about who is the prettiest, the strongest, the smartest, etc. Rousseau says that this is the first step toward inequality.

<sup>27</sup> mine the iron as well as to smelt and forge it

<sup>28</sup> These workers had to be fed, but there were fewer farmers to produce the food while the number who needed food did not decrease. Individuals had different talents and thus some did the work while others took advantage of their labor. The former earned a lot of money while the latter earned barely enough to live. The rich depended on the poor for their labor, the poor depended on the rich for employment and help, and then as one may imagine, along with increased inequalities, human beings lost their freedom and independence.

outro senão a ideia de convencer os pobres com um consentimento para um contrato social. Aparentemente, a ideia parece razoável, já que o estabelecimento do governo seria preferível à anarquia. *O que os pobres não entendiam, porém, era que esse arranjo daria novos poderes para os ricos, o que os escravizaria ainda mais. O resultado do contrato social, segundo Rousseau, é que os pobres se venderam em servidão e miséria.* Instituições foram criadas, leis foram aprovadas e a propriedade privada tornou-se sacrossanta. Assim, a desigualdade se institucionalizou na sociedade<sup>29</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 74. Grifo nosso).

Nota-se, mais uma vez, o modelo de distinção social entre ricos e pobres que vai se constituindo aos poucos. O contrato que “controla e usa” os pobres e os obriga a se venderem em “servidão e miséria” é o mesmo que oferece “mais poderes aos ricos”. A autora diz que poucos homens foram capazes de prever os abusos que esse contrato poderia causar, e “os poucos que os previram usaram-nos em proveito próprio”<sup>30</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 74). Essa crítica é dirigida a Hobbes e Locke, contudo, o foco aqui concentra-se mais em tratar da obra de Rousseau do que as diferenças que se assentam entre os demais textos contratualistas. Assim sendo, o contrato forjado entre ricos e pobres liquidou “qualquer ideia da lei natural” e “a convenção substituiu o sentimento natural de compaixão”<sup>31</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 74).

Vaughan observa que Rousseau está escrevendo sobre a universalidade da humanidade e se indagando se seria possível “recuperar, reconhecer e se relacionar com o sofrimento alheio, não importa qual seja sua raça, região, classe social ou país de origem”<sup>32</sup> (VAUGHAN, 2009,

---

<sup>29</sup> With everyone miserable, the rich came up with a plan to control and use the poor to their advantage. This plan was none other than the idea of convincing the poor to consent to a social contract. On the surface, the idea seems reasonable since the establishment of government would be preferable to anarchy. What the poor did not understand, however, is that this arrangement would give new powers to the wealthy, which would enslave them even more. The upshot of the social contract, according to Rousseau, is that the poor sold themselves into servitude and misery. Institutions were created, laws were passed, and private property became sacrosanct. Thus, inequality became institutionalized in society.

<sup>30</sup> the few who did foresee them used them to their advantage

<sup>31</sup> Any idea of natural law was gone and convention replaced the natural sentiment of compassion.

<sup>32</sup> recognize and to relate to the suffering of others, no matter what their race, religion, social class, or country of origin might be

p. 74). Entretanto, segundo a autora, o filósofo genebrino acredita que apenas algumas “almas cosmopolitas” mantêm seu sentimento de piedade natural. Desse ponto em diante, a autora conclui que ignorar a descrição da natureza humana proposta por Rousseau seria um erro já que isto tem implicação direta no tratamento do filósofo em relação à pobreza. Em suma, o *Segundo Discurso*, para Vaughan, evidencia que “a visão de um filósofo sobre a natureza humana pode ter consequências profundas sobre suas crenças sobre os pobres”<sup>33</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 75).

### *Pobreza*

Para Vaughan a questão da pobreza no pensamento de Rousseau parte de um lugar muito particular. Segundo a autora, “no seu tempo o filósofo, que passou a vida escrevendo sobre a igualdade, foi lembrado pela sua pobreza”<sup>34</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 65), por isso mesmo a sensibilidade e a compreensão de Rousseau sobre o assunto ultrapassa a maioria dos outros teóricos políticos. Nesse sentido, “ele identifica os fatores contingentes que contribuem para a pobreza, bem como as injustiças que os pobres devem suportar”<sup>35</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 65). A autora segue destacando que Rousseau nunca desejou grandes riquezas porque pensava que eram insalubres e, acima de tudo, desnecessárias para alguém ser feliz. Isso demonstra que para o filósofo “era a natureza e os prazeres simples na vida que traziam felicidade”<sup>36</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 66). Assim,

O dinheiro é um meio para um fim e certamente não um fim em si mesmo. O fim em si mesmo era a liberdade. A riqueza é importante na medida em que permite que os indivíduos tenham mais controle de seu destino, dando-lhes assim mais liberdade para fazer o que desejam. Na

---

<sup>33</sup> A philosopher's view about human nature may have profound consequences about his or her beliefs about the poor.

<sup>34</sup> it is telling that in his own day the philosopher, who spent his life writing about equality, was remembered for his poverty

<sup>35</sup> He identifies the contingent factors that contribute to poverty as well as the injustices that the poor must endure.

<sup>36</sup> it was nature and the simple pleasures in life that brought happiness

verdade, a teoria política de Rousseau reflete sua preocupação com a liberdade e a igualdade<sup>37</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 66).

Por mais próxima que seja a relação de Rousseau com a pobreza, Vaughan diz que muitos aspectos da vida do filósofo não são compreensíveis. Ela cita, por exemplo, o abandono dos filhos e como Rousseau teve a vida marcada pelos conflitos familiares desde a infância. Evidentemente, o esforço aqui não é biográfico, ainda assim, a autora partiu do exame da vida pessoal de Rousseau numa tentativa de ligar o homem à obra, esforço esse que merece ser destacado:

Apesar de suas falhas pessoais, Rousseau está ao lado de Platão como um filósofo político brilhante. Sua teoria política fornece *insights* sobre a pobreza e revela que ela desempenha um papel importante em suas obras filosóficas. Rousseau sabia que a igualdade material era impossível; entretanto, acreditou que incumbia ao governo nivelar o campo de jogo a algum grau através de políticas tais como impostos progressivos e taxas suntuárias. Justiça exige tratamento igual sob a lei para os empobrecidos, bem como para os ricos e esta foi certamente uma de suas metas no *Contrato Social*<sup>38</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 67).

Voltando aos parâmetros da pobreza e como Rousseau os estipula, Vaughan irá rebater algumas das críticas que foram feitas ao filósofo sobre essa questão. Para Vaughan não é possível supor “que o trabalho de Rousseau [foi] preocupar-se exclusivamente com a pobreza apenas no que se refere à política, e que sua retórica sobre os pobres é apenas isso, mera retórica. Essas alegações parecem requerer uma interpretação que rejeite as próprias palavras de

---

<sup>37</sup> Money is a means to an end and surely not an end in itself. The end in itself was freedom. Wealth is important insofar as it allows individuals to have more control of their destiny thus giving them more freedom to do what they desire. Indeed, Rousseau's political theory reflects his preoccupation with freedom as well as equality.

<sup>38</sup> In spite of his personal failures, Rousseau stands next to Plato as a brilliant political philosopher. His political theory provides insights about poverty and reveals that it plays an important role in his philosophical works. Rousseau knew that material equality was impossible; however, he believed that it was incumbent on government to level the playing field to some degree through policies such as progressive and sumptuary taxes. Justice demands equal treatment under the law for the impoverished as well as for the wealthy and this was surely one of his goals in *On the Social Contract*.



Rousseau”<sup>39</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 67). Segundo a autora, a pobreza em Rousseau não se limita apenas ao fato político, pois a ela estaria associada fatores diversos, tais como os aspectos sociais e psicológicos de cada indivíduo. Assim,

(...), claramente Rousseau estava preocupado com os efeitos negativos que a pobreza teria ao incutir virtudes cívicas nas cidades, no entanto, ele também estava dolorosamente ciente dos efeitos que a pobreza tinha sobre a vida de um indivíduo. *Ele entendeu e escreveu sobre a perda de liberdade e a tristeza associada à vida do indivíduo pobre*. Pode-se argumentar que sua sensibilidade à perda de autonomia e liberdade dos pobres chamou sua atenção para igualdade e direitos políticos para eles. Como mostrarei, há forte evidência no tratamento da pobreza por Rousseau que apoia a alegação que ele tinha um entendimento profundo da situação dos pobres e, como resultado, grande empatia por suas dificuldades<sup>40</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 68. Grifo nosso).

Tendo isso em vista é possível afirmar que um elemento relevante a ser destacado no pensamento de Rousseau é a relação entre pobreza e falta de liberdade. Se tomarmos o despotismo como uma das formas de supressão da liberdade, então talvez seja possível também estabelecer um campo de relações entre pobreza e despotismo como sugere a pergunta que guia essa pesquisa. Embora Vaughan não desenvolva uma análise do pensamento de Rousseau destacando o despotismo propriamente dito, nos parece que essa aproximação não é totalmente implausível.

---

<sup>39</sup> that Rousseau’s work is exclusively concerned with poverty only as it relates to politics, and that his rhetoric about the poor is just that, mere rhetoric. These claims seem to require an interpretation that rejects Rousseau’s own words.

<sup>40</sup> clearly Rousseau was concerned about the negative effects that poverty would have on instilling civic virtues in citizens, however, he was also painfully aware of what effects poverty had on an individual’s life. He understood and wrote about the loss of freedom and the sadness associated with the life of the poor individual. One could argue that his sensitivity to the poor’s loss of autonomy and freedom informed his attention to equality and political rights for them. As I shall show, there is strong evidence in Rousseau’s treatment of poverty that supports the claim that he had a profound understanding of the plight of the poor and as a result, great empathy for their predicaments.

### *Pobreza e injustiça*

Desde o início, a autora chama a atenção para a questão da pobreza, apesar disso, Vaughan esclarece que é preciso, primeiramente, “discutir as ideias sobre justiça”<sup>41</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 68) em Rousseau. Porém, esta não é uma tarefa fácil, pois “Rousseau nunca definiu realmente justiça”<sup>42</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 68). Contudo, é possível aproximar aquilo que Rousseau denomina como vontade geral<sup>43</sup> de justiça, pois “fato essencial é que o objetivo da vontade geral é a justiça”<sup>44</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 68). Com isso, “a igualdade é uma condição necessária para a vontade geral funcionar”<sup>45</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 68), visto que o objetivo de Rousseau é fazer com que os cidadãos possam criar uma sociedade na qual o bem comum seja considerado a vontade geral de todos. Como consequência, o governo buscaria elaborar programas e políticas sociais em benefício de toda população.

A partir disso, com a igualdade “Rousseau não quer dizer que todo mundo deveria ter exatamente quantidades iguais de riqueza ou poder material”, mas que “nenhum cidadão deve ser tão rico que seja capaz de comprar outro cidadão e nenhum tão pobre que seja forçado a vender a si próprio”<sup>46</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 68-69). O que o filósofo genebrino busca é “[aproximar] os extremos para o mais perto possível. Não tolerar homens ricos nem mendigos. Essas duas propriedades, que são naturalmente inseparáveis, são igualmente fatais para o bem comum”<sup>47</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 69). Alicerçado nisso, a liberdade torna-se indissociável da igualdade, pois “o objetivo de Rousseau é unir os cidadãos por causa de seus interesses para

---

<sup>41</sup> Before moving on to consider Rousseau’s treatment of poverty, it is necessary to discuss his ideas about justice.

<sup>42</sup> Rousseau never really defines justice

<sup>43</sup> Vontade geral é um dos conceitos mais complexos e controversos da obra de Rousseau, por isso lidar com ele é, por si só, um desafio que mereceria cuidado particular e uma revisão bibliográfica que extrapola os limites desse relatório. Portanto, nesse momento nos debruçaremos exclusivamente no modo com que a vontade geral é interpretada por Vaughan segundo as análises feitas pela autora no tocante às obras de Rousseau.

<sup>44</sup> The essential fact is that the aim of the general will is justice.

<sup>45</sup> Equality is a necessary condition for the general will to work.

<sup>46</sup> Rousseau does not mean to say that everyone should have exactly equal amounts of material wealth or power. (...)no citizen should be so rich as to be capable of buying another citizen, and none so poor that he is forced to sell himself.

<sup>47</sup> “Bring the extremes as close together as possible. Tolerate neither rich men nor beggars. These two estates, which are naturally inseparable, are equally fatal to the common good.”

que possam usufruir dos mesmos direitos. Ele diz que esse “é um admirável acordo entre interesse e justiça’ porque é equitativo para todos”<sup>48</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 69). Com base nisso, Vaughan associa razoavelmente a noção de justiça à vontade geral, pois esta “visa garantir a liberdade e a igualdade para todos os cidadãos”<sup>49</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 69).

Novamente, embora seja possível fazer associações entre a vontade geral e a justiça, este termo em si permanece sem uma definição propriamente dita, “o que significa que é abstrato e, portanto, as leis são promulgadas para lhe dar substância”<sup>50</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 69). Por conseguinte, Vaughan irá chamar atenção para uma das questões que norteiam a obra de Rousseau: “como alguém pode estabelecer um governo legítimo em um mundo cheio de corrupção?”<sup>51</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 69) e, mais do que isso, a análise da pobreza, para a autora, partirá da crítica feita pelo filósofo genebrino à sociedade no ano de 1750:

Para compreender o desenvolvimento do pensamento político de Rousseau e seus pontos de vista sobre a pobreza, é preciso voltar à sua crítica aguda da sociedade em 1750, quando ganhou o prêmio na Academia de Dijon. Naquele ano, a questão “o estabelecimento das ciências e das artes serviu para purificar ou corromper maneiras e moral?” - recebeu uma resposta enfática de Rousseau. Comumente referido como o *Primeiro Discurso*, sua resposta fornece uma condenação crítica dos luxos e consumo conspícuo que abundam a sociedade moderna. Além disso, ele vincula esses vícios à corrupção. Ele conclui que o avanço das artes e da ciência sempre contribuiu para a corrupção de costumes e maneiras. Embora ele mencione a desigualdade apenas uma vez, ele atribui a culpa por seus inícios à “distinção de talentos e à degradação das virtudes.” Como resultado dessas distinções superficiais, Rousseau diz que os homens não são

---

<sup>48</sup> Rousseau’s aim is to unite citizens because of their common interests so that they may enjoy the same rights. He says it is “an admirable accord between interest and justice” because it is equitable to all.

<sup>49</sup> with the general will, which aims to secure freedom and equality for all citizens

<sup>50</sup> which means that it is abstract and thus laws are enacted to give it substance

<sup>51</sup> how might one establish a legitimate government in a world full of corruption?

mais valorizados por sua integridade moral, mas apenas por seus talentos<sup>52</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 69 – 70).

Nesse sentido, a autora diz que as necessidades e os desejos tornam-se maiores e a busca pelo luxo cresce na mesma proporção. Assim, a moral dos indivíduos degrada-se, já que essas necessidades e desejos baseiam-se nas aparências. Segundo a autora, “não são apenas as aparências que enganam, mas também levam os indivíduos a valorizar as coisas erradas, como roupas finas, ignorando seu eu natural e os valores que importam”<sup>53</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 70). Na análise que Vaughan faz do *Primeiro Discurso* “já se vê que Rousseau considera os pobres mais virtuosos que os ricos”<sup>54</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 70), pois a riqueza é capaz de fazer com que os indivíduos percam seu tempo buscando projetos sem valor “abandonando os esforços práticos que poderiam beneficiar a sociedade”<sup>55</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 70).

Embora a intenção dessa pesquisa não seja investigar os elementos que dizem respeito à pobreza no *Primeiro discurso*, não se deve negligenciar que, já naquele momento, Rousseau deixava transparecer sua preocupação com as consequências trazidas por ela.

### *O indivíduo como produto social*

A partir desse ponto em diante, a obra analisada por Vaughan será o *Discurso sobre Economia Política* de Rousseau, também conhecido como *Economia (Moral e Política)*, nele a autora reforça que “os indivíduos tornam-se o que seus governos os fazem”<sup>56</sup>, além disso, será

---

<sup>52</sup> To understand the development of Rousseau’s political thought and his views about poverty, one must return to his sharp critique of society in 1750 when he won the prize at the Academy of Dijon. That year the question — “has the establishment of the sciences and the arts served to purify or to corrupt manners and morals?” — received an emphatic reply from Rousseau. Commonly referred to as the First Discourse, his answer provides a damning critique of the luxuries and conspicuous consumption that abounds in modern society. Moreover, he links these vices to corruption. He concludes that the advancement of the arts and science has always contributed to the corruption of morals and manners. Although he mentions inequality only once, he places the blame for its beginnings on “the distinction of talents and the degradation of virtues.” As a result of these superficial distinctions, Rousseau says that men are no longer valued for their moral integrity but merely for their talents.

<sup>53</sup> Not only are appearances deceiving, but they also lead individuals to value the wrong things, such as fine clothes, while ignoring their natural selves and the values that matter.

<sup>54</sup> one already sees that Rousseau regards the poor as more virtuous than the rich

<sup>55</sup> abandoning practical endeavors that could benefit society

<sup>56</sup> individuals become what their governments make them

através desse artigo que Rousseau proporá soluções para a desigualdade na sociedade civil.

Para isso,

Rousseau diz que a primeira e mais importante máxima do governo é garantir o bem de seus cidadãos através da vontade geral. Como mencionado anteriormente, a vontade geral significa que os governos devem seguir políticas que beneficiem todos os cidadãos. As perguntas difíceis, ele diz, primeiro, como reconhecer a vontade geral e; segundo, como manter a liberdade pública enquanto concede autoridade ao governo<sup>57</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 75).

A autora também salienta uma das questões mais importantes dentro da filosofia política apoiada na seguinte indagação de Rousseau: “Como as necessidades públicas podem ser atendidas sem alterar a propriedade privada daqueles que são forçados a contribuir para isso?”<sup>58</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 75). Proteger a propriedade privada, segundo Vaughan, é uma questão importante para Rousseau, mas “sem apoio, um estado não pode existir”<sup>59</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 75). Por isso, ela insiste, “a base do contrato social é garantir a proteção e o gozo da propriedade privada”<sup>60</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 75), mas o dilema colocado está em como “explicar e defender a ideia de tomar a propriedade de um indivíduo para manter o estado”<sup>61</sup>? Mais uma vez a vontade geral prevalecerá:

Em contraste com Locke, Rousseau diz que a solução para esse dilema é reconhecer que a vontade geral é o “primeiro princípio” da economia política e do governo fundamental.” Uma vez que a vontade geral está preocupada com o bem comum, disparidades de riqueza serão

---

<sup>57</sup> Rousseau says that the first and most important maxim of government is for it to provide for the good of its citizens through the general will.<sup>91</sup> As mentioned earlier, the general will means that governments should pursue policies that benefit all citizens. The difficult questions, he says, are first, how to recognize the general will, and second, how to maintain public liberty while granting authority to the government.

<sup>58</sup> And how can the public needs be attended to without altering the private property of those who are forced to contribute to it?

<sup>59</sup> but without support, a state cannot exist

<sup>60</sup> Indeed, the foundation of the social contract is to guarantee the protection and enjoyment of private property.

<sup>61</sup> Yet one must explain, and indeed, defend the idea of taking an individual’s property to maintain the state

evitadas em um estado administrado adequadamente<sup>62</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76)

Reforçando mais uma vez a ideia de que, para Rousseau, os indivíduos são aquilo que as políticas os fazem, “os pobres não são naturalmente diferentes dos ricos; e o objetivo das leis sociais vão além de garantir justiça e liberdade”<sup>63</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76). Sendo assim, o objetivo principal da vontade geral para Rousseau é “[restabelecer] como direito civil a igualdade natural entre os homens”<sup>64</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76). Portanto, se a sociedade rompeu com a igualdade natural talvez, através da vontade geral, seja possível reconstruí-la artificialmente, isto é, pelas mãos dos homens e das leis construídas por eles. Com isso, segundo Vaughan, a vontade geral exige de seus cidadãos patriotismo e amor aos seus compatriotas, dessa forma “o bem-estar de todos os cidadãos, especialmente aqueles que são pobres, será a preocupação de todos no Estado”<sup>65</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76). Consequentemente, “se um cidadão sofre de pobreza, todos sofrem. O estado protege cada membro e existe uma obrigação política e moral de cuidar dos pobres”<sup>66</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76).

Nesse contexto, Rousseau adverte que “o maior mal é quando há pessoas pobres para defender e pessoas ricas para conter”<sup>67</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76). Isso faz com que seja absolutamente necessário, mas incrivelmente difícil proporcionar equidade na justiça para todos. Apesar disso, Rousseau continuará sendo categórico, pois “ele acredita que é papel do Estado proteger os pobres da tirania dos ricos”<sup>68</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76). As leis por si só, aponta Vaughan, não seriam capazes de impedir o conflito, pois “os pobres as quebram e os

---

<sup>62</sup> In contrast to Locke, Rousseau says that the solution to this quandary is to recognize that the general will is the “first principle of political economy and the fundamental rule of government.” Since the general will is concerned with the common good, extreme disparities in wealth will be avoided in a properly run state.

<sup>63</sup> The poor are not innately different from the rich; and the purpose of societal laws goes beyond ensuring justice and liberty

<sup>64</sup> reestablishes as a civil right the natural equality among men

<sup>65</sup> welfare of all citizens, especially those who are poor, will be everyone’s concern in the state.

<sup>66</sup> This if one citizen suffers from poverty, then all suffer. The state protects each member and there is a political and moral obligation to care for the poor.

<sup>67</sup> the “greatest evil” when there are poor people to defend and wealthy ones to restrain

<sup>68</sup> he believes that it is the state’s role to protect the poor from the tyranny of the rich

ricos escapam delas”<sup>69</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76), isso leva Rousseau a concluir uma das questões mais importantes sobre a qual as formas de governo são responsáveis: “evitar desigualdades extremas da fortuna”<sup>70</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76). Isto posto, vale destacar que:

(...) Rousseau quer evitar isso porque ele sabe que, uma vez que exista uma divisão entre ricos e pobres, o Estado deteriorará. Ele fornece uma lista de condições, que são algumas das mais prováveis causas de desigualdades nas sociedades modernas. Isso inclui distribuição geográfica desigual, que provoca aglomeração em algumas áreas, enquanto outras são povoadas. As artes do prazer e da indústria pura são favorecidas sobre o ofício, o artesanato e a agricultura são sacrificados ao comércio. Claro, existem os problemas de corrupção e má administração dos fundos estatais, que provoca suborno e interesses privados prevalecendo sobre os públicos<sup>71</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 76).

Aprofundando a discussão sobre a política, para a autora “a vontade geral exige que o governo forneça subsistência para seus cidadãos”<sup>72</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77). Ademais, para Rousseau “um bom governo promove a igualdade, a simplicidade e a autossuficiência”<sup>73</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77), mas para que isso aconteça, é preciso “prevenir as necessidades em vez de aumentar as receitas. Isso evita impostos desnecessários, incentiva a simplicidade e promove gerenciamento inteligente dos recursos do governo”<sup>74</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77).

A solução proposta por Rousseau para evitar distribuições desiguais de renda e riquezas está na lei e na progressiva cobrança de impostos. Assim, “em primeiro lugar, ele

---

<sup>69</sup> the poor break them and the rich escape them

<sup>70</sup> prevent extreme inequalities of fortune

<sup>71</sup> Rousseau wants to prevent this because he knows once there is a division between rich and poor the state will deteriorate. He provides a list of conditions, which are some of the most likely causes for inequalities in modern societies. This includes unequal geographic distribution, which causes crowding in some areas while others are under populated. The arts of pleasure and pure industry are favored over useful and demanding crafts and agriculture sacrificed to commerce. Of course, there are the problems of corruption and bad administration of state funds, which causes bribery and private interests taking precedence over public ones.

<sup>72</sup> The general will requires government to provide subsistence for its citizens.

<sup>73</sup> good government promotes equality, simplicity, and self-sufficiency

<sup>74</sup> government should prevent needs rather than increasing revenues. This avoids unnecessary taxation, encourages simplicity, and promotes wise management of government resources.

solicita a tributação dos cidadãos proporcionalmente às suas rendas e ativos”<sup>75</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77), conseqüentemente, “os pobres, que mal podem pagar as necessidades da vida, não devem pagar qualquer imposto”<sup>76</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77). Como resultado, a porcentagem maior da receita proveria dos ricos e menos dos pobres, o que justifica a ideia de Rousseau de taxaço progressiva. Vaughan frisa que Rousseau rejeita a ideia de que os pobres não vão querer trabalhar porque não vão pagar taxas, na verdade, para o filósofo genebrino, o que desmotiva os agricultores a plantar, por exemplo, são as altas taxas sobre o seu trabalho, logo “a tributação de produtos do trabalho resulta em agricultores pobres”<sup>77</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77) sem nenhum incentivo para plantar em seus campos. Em suma, “como os ricos desfrutam da maioria dos benefícios e vantagens da sociedade, é só para eles pagarem mais”<sup>78</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77).

O esforço demonstrado por Vaughan na interpretação do pensamento rousseauiano é de verificar como o filósofo foi capaz de antecipar as injustiças provocadas pelos ricos, afim de que “eles defendam com força suas políticas”. Com isso, “o estado deve fornecer proteção para suas propriedades” e são eles que “ocupam os cargos mais lucrativos do governo”<sup>79</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77).

Em relação a cobrança de altos impostos, Rousseau aponta como os itens de luxo são supérfluos, sendo assim, sua única serventia para os ricos recaí sobre o critério de distinção: “o principal desejo dos indivíduos é distinguir-se dos pobres”<sup>80</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 77-78). Além disso, em relação aos ricos, o filósofo genebrino “acredita que eles continuarão a comprar

---

<sup>75</sup> At first, he calls for taxing citizens proportionately to their incomes and assets.

<sup>76</sup> the poor, who can barely afford life's necessities, should not pay any taxes

<sup>77</sup> taxing products of labor results in poor farmers

<sup>78</sup> Since the wealthy enjoy most of the benefits and advantages from society, it is only just for them to pay more.

<sup>79</sup> Rousseau anticipates the cries of injustice from the wealthy so he forcefully defends his policies. First, he says that the state must provide protection for their properties and it is the rich, who fill the most lucrative government positions.

<sup>80</sup> The main reason individuals desire them is to distinguish themselves from the poor.



bens materiais extravagantes porque prefeririam passar fome do que viver sem eles”<sup>81</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 78). Já a vida do pobre se mostra diferente, visto que “quanto maiores as suas necessidades, mais desprezo a sociedade tem por ele”<sup>82</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 78). Em síntese:

Ao contrário do respeito que os ricos recebem, os pobres são tratados com desdém. Além disso, quando um pobre sofre uma perda é muito mais problemático para ele se recuperar. É preciso dinheiro para ganhar dinheiro e, portanto, os pobres não estão em posição de melhorar sua situação. Finalmente, Rousseau resume seus pensamentos na seguinte passagem: “Você precisa de mim, porque sou rico e você é pobre. Vamos chegar a um acordo entre nós mesmos. Permitirei que você tenha a honra de me servir, desde que você dê o pouco que tem para que eu possa lidar com os problemas que vou ter para te comandar”<sup>83</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 78).

O trecho a cima, segundo Vaughan, fornece indícios suficientes para demonstrar como a injustiça se comprova no pensamento de Rousseau em relação aos pobres, ou seja, essa reflexão se resume na “injustiça e exploração dos pobres pelos ricos”. Assim, “embora a passagem seja curta, o argumento de Rousseau é claro e, como resultado, essa passagem resume sucintamente seu argumento principal” que não poderia ser outro a não ser “uma defesa dos pobres e uma acusação dos ricos”<sup>84</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 78).

---

<sup>81</sup> Rousseau believes they will continue to purchase extravagant material goods because they would rather go hungry than live without them

<sup>82</sup> the greater his needs, the more contempt society has for him

<sup>83</sup> Contrary to the respect that the rich receive, the poor are treated with disdain. Moreover, when a poor man suffers a loss, it is far more problematic for him to recover. It takes money to make money and thus the poor are not in a position to better their situation. Finally, Rousseau sums up his thoughts in the following passage: You need me, for I am rich and you are poor. Let us come to an agreement between our selves. I will permit you to have the honor of serving me, provided you give what little you have for the trouble I will be taking to command you.

<sup>84</sup> The passage, quoted above, is about the unfairness and exploitation of the poor by the rich. Though the passage is short, Rousseau’s point is clear and as a result, this passage succinctly sums up his main argument. It is no accident that Rousseau concludes his *Discourse on Political Economy* with a defense of the poor and an indictment of the rich.

Vaughan não cita em sua obra o despotismo de maneira explícita, o que fornece indícios suficientes para associá-lo junto ao quadro da desigualdade social é o pacto forjado entre ricos e pobres denominado “pacto dos ricos”. De todo modo, o despotismo surge como aquele que “não suporta nenhum outro senhor” e que submete à todos, aos pobres em particular, “a mais cega obediência” (ROUSSEAU, 1983a, p. 280). Traduzido em uma linguagem pretensamente legítima é possível dizer que, uma vez que o rico viu-se forçado, inevitavelmente, a “empregar a seu favor as próprias forças que o atacavam”, ele se viu obrigado à “fazer de seus adversários seus defensores” (ROUSSEAU, 1983a, p. 269). Com isso a igualdade natural foi rompida, fazendo com que “as usurpações dos ricos, as extorsões dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, abafando a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça, [tornassem] os homens avaros, ambiciosos e maus” (ROUSSEAU, 1983a, p. 268). Vaughan não chega a sugerir uma relação desse tipo de forma clara, mas Rousseau é categórico em suas obras, para ele

Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para lucro de alguns ambiciosos, daí por diante sujeitaram todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria (ROUSSEAU, 1983a, p. 270).

Mais adiante, quando a autora analisará os tratados políticos escritos por Rousseau sobre a Córsega e a Polônia, a questão da pobreza mais um vez se fará central. Embora este trabalho não privilegie essas obras, o parecer feito por Vaughan ajuda a esclarecer os conceitos analisados aqui, especialmente a pobreza. Por isso mesmo,

Como mencionado anteriormente, Rousseau tem uma forte aversão ao uso do dinheiro e a qualquer economia estatal que se concentre exclusivamente na aquisição de riqueza. De fato, ele afirma que o dinheiro cria pobreza. Usando a Suíça como exemplo, ele argumenta

que um aumento da circulação de dinheiro provocou desigualdades em recursos e fortunas. Antes do início desse padrão de valor, o povo suíço pode ter sido pobre, mas nunca foi carente. Não apenas o desejo por dinheiro os fez sentir-se pobres, mas também teve uma influência corrompida que destruiu sua independência e unidade. Afinal, o dinheiro é realmente um sinal de desigualdade e a Córsega deve se esforçar para eliminá-lo e evitá-lo completamente no futuro<sup>85</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 79).

Em outro ponto, a autora reforçará a ligação que Rousseau faz entre a capacidade que o indivíduo tem de trabalhar independentemente da posição que ele ocupe na sociedade, especificamente aqueles que são considerados pobres, pois “Rousseau não acredita que o medo da pobreza faça com que alguém seja diligente. Pelo contrário, é a esperança de que um indivíduo viva bem que faz com que se trabalhe duro”<sup>86</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 80). No entanto, o filósofo salientará que a paixão pelo trabalho só se dará em uma sociedade bem governada, porquanto:

Quando os seres humanos caem na preguiça e no desânimo, é resultado do fracasso da sociedade em dar o devido respeito e honra ao seu trabalho. Com essa visão da natureza humana, Rousseau coloca a responsabilidade direta sobre o governo e a sociedade de motivar os trabalhadores<sup>87</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 80).

Embora esse trabalho não se concentre em analisar nem a visão de Rousseau em relação a erradicação da pobreza nem o papel da educação nessa tarefa, Vaughan sublinha que

---

<sup>85</sup> As alluded to earlier, Rousseau has a strong aversion to the use of money and any state economy that focuses exclusively on acquiring wealth. Indeed, he makes the claim that money creates poverty. Using Switzerland as an example, he argues that an increased circulation of money brought about inequalities in resources and fortunes. Before the onset of this standard of value, the Swiss people may have been poor but they were never needy. Not only did their lust for money make them feel poor, but it also had a corrupting influence that destroyed their independence and unity. After all, money is really a token of inequality and Corsica should strive to eliminate and to avoid it completely in the future.

<sup>86</sup> Rousseau does not believe that the fear of poverty causes one to be industrious. On the contrary, it is the hope that an individual has to live well that makes one work hard.

<sup>87</sup> When human beings lapse into laziness and discouragement, it is a result of society's failure to give proper respect and honor for their labor. With this insight to human nature, Rousseau puts the responsibility squarely on the government and society to motivate workers.

o filósofo genebrino “admite que as desigualdades sempre persistirão nas sociedades, mas argumenta que a educação é fundamental para aliviar a pobreza e reduzir essas desigualdades”<sup>88</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 80). Por meio disso:

Como o plano de Platão na *República*, que enfatiza a educação, Rousseau quer criar uma comunidade de virtude cívica com amor fraterno, onde os indivíduos têm um verdadeiro afeto parcial por seus concidadãos. Como resultado, a vontade geral, que promove o bem comum, nunca permitirá que os cidadãos sofram com a falta de subsistência. Ele conta com a educação pública para promover a igualdade entre os cidadãos, porque, acima de tudo, ele deseja evitar enormes disparidades de propriedades e riqueza, uma vez que elas levam à instabilidade e ao sofrimento”<sup>89</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 80).

Assim, dois aspectos merecem destaque nessa passagem: o primeiro é a centralidade que a educação deve ter em uma República orientada pela vontade geral, que é responsável por promover o bem comum; a segunda, que complementa a primeira, é que a educação pública é decisiva para combater a desigualdade, e a pobreza consequentemente. Desse modo, é possível aproximar “muitas de suas crenças sobre os pobres” à concepção da natureza humana e ao “desejo de tempos mais simples, quando os seres humanos eram autossuficientes e livres”. Nesse sentido, o *Primeiro Discurso* volta a ser importante não apenas porque foi uma obra que trouxe fama a Rousseau, mas também porque “estabeleceu o tom para o tratamento da pobreza ao longo de suas obras políticas”. Rousseau jamais deixou de acreditar que “a participação dos pobres como cidadãos de uma sociedade política lhes proporciona força no corpo e na mente” e, mais ainda, é capaz de trazer para o centro da política “a universalidade da humanidade”. O

---

<sup>88</sup> He admits that inequalities will always persist in societies, but he argues that education is paramount to alleviating poverty and reducing these inequalities.

<sup>89</sup> Like Plato’s plan in the Republic, which emphasizes education, Rousseau wants to create a community of civic virtue with brotherly love where individuals have true partial affection for their fellow citizens. As a result, the general will, which promotes the common good, will never allow citizens to suffer from lack of subsistence. He relies on public education to promote equality among the citizens because above all he wants to avoid huge disparities in properties and wealth since these lead to instability and suffering.

objetivo de Rousseau sempre foi “criar uma sociedade onde todos sintam um forte compromisso com a vontade geral”<sup>90</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 81).

Vaughan finaliza sua reflexão acerca de Rousseau, da pobreza e da justiça em particular, dizendo que as evidências que o filósofo demonstra em relação a sua simpatia e preocupação com os pobres, como seres individuais, são esmagadoras. E que “uma das melhores maneiras de capacitar os pobres é garantir que eles tenham direitos políticos iguais, para que eles não apenas participem de seu governo, mas também tenham a capacidade de influenciar as políticas que afetam suas vidas”<sup>91</sup> (VAUGHAN, 2009, p. 81).

Em seu trabalho Vaughan segue a narrativa de Rousseau tornando próprio a si o discurso do filósofo iluminista explorando a riqueza das aproximações entre pobreza e justiça. O tema do despotismo, no entanto, não é verificado de forma explícita em sua análise, porém, a relação que ele possui com os demais conceitos supracitados é amplamente verificada na obra de Rousseau, em especial no *Segundo Discurso* e no artigo *Economia (moral e política)*, quando o filósofo descreve o *pacto dos ricos*. A margem para um governo despótico está na submissão de uns em relação à outros, mais precisamente no que concerne a riqueza e a pobreza. Contudo, é evidente a relação que a autora tece entre a pobreza e justiça, pois uma sociedade justa é aquela em que todos podem ser considerados iguais e na qual a pobreza é combatida por todos, já que a vontade geral é tida como a representação do bem comum e o governo deve agir em conformidade com ela. Em contrapartida, uma sociedade injusta é aquela em que a pobreza se estabelece em definitivo, ou seja, torna-se institucionalizada.

---

<sup>90</sup> One can trace many of his beliefs about the poor back to his positive view of human nature and his longing for simpler times when human beings were self-sufficient and free. So one can see that the First Discourse not only brought him fame, but it also set the tone for his treatment of poverty throughout his political works. (...) Rousseau believes that the poor’s membership as citizens of a polity provides them strength in both body and mind. Rousseau also wants to remind his readers about the universality of humankind. He wants human beings to be able to recognize and relate to the suffering of others. His aim is to create a society where everyone feels a strong commitment to the general will.

<sup>91</sup> one of the best ways to empower the poor is to make sure they have equal political rights so that they not only have a stake in their government, but they would also have the ability to influence the politics that affect their lives

*O político e o social em Rousseau: a pobreza e a sua relação com o despotismo*

Nessa parte final do relatório procuraremos responder as questões que norteiam este trabalho. Para tanto, foi preciso antes entender as relações entre o político e o social construídas por Rousseau, tanto no *Segundo Discurso* quanto no artigo *Economia (Moral e Política)* e investigar os conceitos de desigualdade, propriedade, pobreza, despotismo, pacto dos ricos e vontade geral. Além disso, também investigamos trechos que julgamos relevantes para o tema que nos propusemos e que estavam presentes nas interpretações feitas por Frederick Neuhouser (que constam no relatório parcial) e Sharon K. Vaughan. Feito isso, agora é possível responder se para Rousseau, a pobreza pode gerar despotismo e, se a “vontade geral” tal como expressa no artigo *Economia (Moral e Política)* pode combater a primeira e superar o segundo.

Para Rousseau, o estado de natureza é a condição de vida mais harmônica a qual o homem pertenceu, um estado pleno, no qual as necessidades básicas dos indivíduos eram atendidas e o ser humano chegou a desfrutar da paz, levando em conta o sentimento de piedade natural<sup>92</sup> que lhe era próprio ter em relação a tudo o que existia. E não são poucos os indícios nas obras de Rousseau que demonstram isso, como consta no *Segundo Discurso*, o filósofo de Genebra diz que:

Concluamos que, errando pelas florestas, sem indústrias, sem palavra, sem domicílio, sem guerra e sem ligação, sem qualquer necessidade de seus semelhantes, bem como sem qualquer desejo de prejudica-los, talvez sem sequer reconhecer alguns deles individualmente, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, não possuía senão os sentimentos e as luzes próprias desse estado, no qual só sentia suas verdadeiras necessidades, só olhava aquilo que acreditava ter interesse de ver, não fazendo sua inteligência maiores progressos do que a vaidade (ROUSSEAU, 1983, p. 256-257).

---

<sup>92</sup> “Certo, pois a piedade representa um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a ação do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie. Ela nos faz, sem reflexão, socorrer aqueles que vemos sofrer; ela, no estado de natureza, ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de ninguém sentir-se tentado a desobedecer à sua doce voz (...)” (ROUSSEAU, 1983, p. 254).

Diante da iminência da transformação do estado de natureza, Rousseau vê que este caminho, além de ser irrevogável, modifica o ser humano em seu âmago, alterando, na mesma medida, as relações que se manifestam a partir de então. Por isso mesmo, as diferenças entre este estado e aquele acentuam-se, pois “o homem encontra unicamente no instinto todo o necessário para viver no estado de natureza; numa razão cultivada só encontra aquilo de que necessita para viver em sociedade” (ROUSSEAU, 1983, p. 251).

Célebre é a passagem que o filósofo profere sobre a mudança do estado de natureza para o estado civil:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientes para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: ‘defendei-vos de ouvir esse impostor, estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém’ (ROUSSEAU, 1983, p. 250).

Uma vez modificada a natureza humana, viu-se rompida a igualdade natural. O conflito se dá a partir da corrupção da natureza e a paz natural finda-se em definitivo dando lugar ao estado de guerra. A partir de então, há a necessidade de regras e leis afim de equilibrar a convivência mútua e mais do que isso, afim de conter a desigualdade nascente. Com a origem da propriedade, aqueles que tinham mais força acabaram por tomar para si o que antes era de todos, fazendo com que fosse necessário o surgimento do trabalho alheio. O proprietário torna-se o dono da riqueza gerada em seu solo, vivendo às expensas do trabalho de outrem, os não-proprietários. Com isso, a agricultura e metalurgia florescem e a manutenção da propriedade torna-se um dos pilares do Estado. Assim, “rico, tem necessidade de seus serviços; pobre, precisa de seu socorro, e a mediocridade não o coloca em situação de viver sem eles (ROUSSEAU, 1983, p. 267).

Com o surgimento da divisão social estabeleceu-se um quadro de dependência entre ricos e pobres, no qual um dependia do outro, o que acarretou, por conseguinte, a perda da liberdade natural. O objetivo aqui não é retomar as análises já feitas, mas sim reforçar que Rousseau está debruçando-se sobre temas importantes no campo de estudo da filosofia política, como *liberdade, igualdade, propriedade e despotismo*. Este último verifica-se através do pacto que gera direitos aos ricos e deveres aos pobres e denomina-se *pacto dos ricos* que “foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico” (ROUSSEAU, 1983, p. 269-270). É através dessa relação desigual que descende o despotismo<sup>93</sup>.

Embora seja possível considerar que nem mesmo a riqueza, nem a pobreza por si só seriam suficientes para gerar um cenário despótico, e que a desigualdade seria a responsável por essa dominação, como sugere o filósofo alemão Frederick Neuhouser em *Rousseau's Critique of Inequality*. De todo modo, o filósofo de Genebra fornece argumentos suficientes que ligam a pobreza a um quadro despótico. Respondendo a primeira questão que norteia este trabalho, embora haja um conjunto de fatores que levem ao despotismo, a pobreza é condição *sui generis* para que isso aconteça. Assim,

(...) do quadro de leis estabelecidas pelo pacto dos ricos surge a desordem. “É do seio dessa desordem e dessas revoluções que o despotismo [...] consegue por fim esmagar sob seus pés as leis e o povo”. (...) Segundo o autor genebrino, essa “divisão real” leva ao despotismo que, invariavelmente, “esmaga sob seus pés as leis do povo” (SILVA, 2013, p. 210).

---

<sup>93</sup> “(...) os caminhos abertos por um acordo, tal qual o pacto dos ricos, termina em guerras e tensões insolúveis ou em despotismo. As duas opções são indesejáveis não apenas pelos resultados que apresentam, mas principalmente por uma questão de princípio, ou seja, por ser um pacto que gera deveres e não direitos (...)” (SILVA, 2013, p. 221).



Dado o panorama da desigualdade social e a formulação do pacto dos ricos como ele foi constituído, é possível verificar na análise feita sobre o artigo *Economia (Moral e Política)*, que são os ricos que mais desfrutam da sociedade. Desta maneira, “Tudo o que o pobre paga está para sempre perdido para ele, e permanece ou retorna às mãos do rico”. Assim, se constrói um movimento vicioso que gera desigualdade e pobreza, na medida em que “o produto dos impostos cai mais cedo ou mais tarde, apenas nas mãos dos homens de governo ou dos que se aproximam dele, os ricos, mesmo pagando sua parte, têm um interesse sensível em aumentar estes impostos (ROUSSEAU, 2006, p. 120).

Por outro lado, do ponto de vista moral, “cada um começou a olhar os outros e a desejar ser ele próprio olhado, passando assim a estima pública a ter um preço” (ROUSSEAU, 1983, p. 263). Isso fez com que o pobre almejasse ter a mesma consideração de estima que o rico tinha, pois esse pacto forjado “joga com a opinião futura ou a ‘ambição cega’ dos pobres (...), e assim os convencem a “carregarem grilhões [com a esperança de que um dia] possam aplicá-los” (SILVA, 2013, p. 209). Por isso a importância de se criar leis que estabeleçam a justiça e a liberdade, fazendo com que a igualdade possa existir novamente, pois “a lei da qual se abusa serve ao poderoso ao mesmo tempo de arma ofensiva e de escudo contra o fraco, e o pretexto do bem público é sempre o mais perigoso flagelo do povo” (ROUSSEAU, 2006, p. 103). A progressiva taxaçaõ proporcional ao acúmulo de riquezas é uma das ideias defendidas por Rousseau, além disso, o supérfluo, é notoriamente condenado pelo filósofo. Assim,

Ou os ricos renunciarão às suas despesas supérfluas para fazer despesas úteis, que retornarão em benefício do Estado e, então, a baixa dos impostos terá produzido o efeito das melhores leis suntuárias, e despesas do Estado diminuirão, assim como a dos particulares, e o fisco não receberá menos, pois terá menos a reembolsar; ou, se os ricos não diminuirão nada de suas prodigalidades, o fisco terá o produto dos impostos, recursos que buscava para prover as necessidades reais do Estado (ROUSSEAU, 1983, p. 126).

O interesse particular, para o filósofo de Genebra, não pode substituir o público e a propriedade como marco da desigualdade civil deve ser encarada como um bem público. A maneira como o filósofo constrói sua análise em torno dos conceitos trabalhados se dá de forma complexa. Isso, com certeza, faz com que haja margem para muitas interpretações em sua obra. No entanto, nesse momento, é possível dizer que a pobreza se relaciona intimamente com o despotismo. Outrossim, ela está inevitavelmente associada ao quadro da desigualdade social, conseqüentemente, associar a desigualdade ao despotismo não seria um erro, desde que some-se a ela os demais fatores supracitados, pois se há desigualdade, logo, há pobreza<sup>94</sup> e esta dá margem para a dominação. Por isso mesmo,

A motivação fundamental para qualquer ligação entre os homens é o interesse. É o interesse que comanda até mesmo as associações espúrias como, por exemplo, aquela que resulta do pacto entre ricos e pobres descrito pelo *Segundo Discurso*. Mesmo para os pobres o “estabelecimento político” oferece suas “vantagens” e é isto, aliás, que torna o logro possível. Uma convenção só será plenamente vantajosa, entretanto, se atender equitativamente todas as partes. Ou seja, se oferecer para todas, igualmente, uma vantagem plena atendendo ao verdadeiro interesse de cada contratante e não o seu interesse imediato ou puramente material. Em uma palavra, a melhor convenção possível é aquela que se faz tendo em vista o interesse da natureza humana na sua plenitude, isto é, não apenas do corpo, mas também da alma, não apenas o interesse material, mas também a liberdade (SALINAS FORTES, 1976, p. 85).

#### *A vontade geral e o combate à pobreza e ao despotismo*

A vontade geral é um conceito extremamente complexo na obra de Rousseau, por isso mesmo, esta análise deteve-se em observar quais seriam seus contornos em relação ao combate

---

<sup>94</sup> Trabalhamos a relação entre desigualdade e pobreza, especialmente no *Segundo Discurso*, no relatório parcial.

à pobreza e a superação do despotismo. Em função disso, cabe destacar que nesta interpretação a vontade geral é tida como mantenedora do bem-estar social e dos direitos básicos<sup>95</sup>. Consequentemente, associá-la ao combate à pobreza e a superação do despotismo demonstra ser um caminho produtivo.

Algumas observações feitas por Rousseau sobre um bom governo foram realizadas a partir das apreensões que o filósofo tinha sobre Genebra<sup>96</sup>. Logo, para ele, o amor à pátria deve ser considerado um elemento importante na conservação do Estado, pois isso fará com que a vontade particular conflua com a vontade geral. Destarte, como lembra Salinas Fortes, “Fazer da vontade geral a vontade soberana é dizer como se configura, do ponto de vista jurídico, a associação melhor possível entre uma multiplicidade de indivíduos”. Entretanto, “De um ponto de vista apenas jurídico e, portanto, abstrato”, vale lembrar, “a união pode ser descrita como um pacto mediante o qual cada indivíduo concorda em se colocar sob a suprema direção da vontade geral”. É este o ponto de vista privilegiado que permite compreender uma sociedade justa, nas palavras de Salinas Fortes: “só é justa a sociedade que tiver na vontade geral a autoridade suprema ou em que nenhum de seus membros se acha sob o domínio de uma vontade particular (SALINAS FORTES, 1976, p. 87). Assim, o caráter da vontade geral é universal e ela quem dará origem as leis, consequentemente, um governo só pode ser considerado legítimo se for baseado na própria vontade geral, como destacou Rousseau:

(...) o primeiro dever do legislador é conformar as leis à vontade geral, a primeira regra da economia política é que a administração seja conforme as leis. (...) o espírito da lei deve servir para a decisão nos casos em que ela não prevê; (...) a vontade geral, fonte e suplemento de

---

<sup>95</sup> 3Aqui entendidos como a propriedade, a liberdade e a igualdade.

<sup>96</sup> “Em Genebra, os celeiros estabelecidos e mantidos por uma sábia administração constituem o recurso público nos anos ruins e a principal renda do Estado em qualquer tempo; (...). Para expor aqui o sistema econômico de um bom governo, frequentemente voltei aos olhos para o governo desta república, feliz por encontrar assim em minha pátria o exemplo da sabedoria e de felicidade que gostaria de ver reinando em todos os países” (ROUSSEAU, 2006, p.114).

todas as leis, na falta destas, deve sempre ser consultada (ROUSSEAU, 2006, p. 94).

Desse modo, se as leis forem enfraquecidas, pois quaisquer que sejam os motivos, isso fará com que “a corrupção do povo e dos chefes se estenda até o governo, por mais sábio que ele seja” (ROUSSEAU, 2006 p. 97). Como já mencionado, o patriotismo é um elemento importante na manutenção da Pátria e na coesão do Estado<sup>97</sup>. Uma vez que os direitos básicos pertencem a todos os cidadãos de forma indistinta, o governo deve ser sempre justo e íntegro, combatendo sempre a tirania em benefício de todos. Portanto, como nos mostra Salinas Fortes, os homens “ são corrompidos, recusam-se a aceitar a ordem e cada qual se faz centro do universo. Um povo sadio, por conseguinte, será aquele cujos componentes forem capazes de se submeter à ordem social ou à vontade geral, renunciando a se fazer o centro do universo (SALINAS FORTES, 1976, p. 114).

Dessa forma, combater a desigualdade, na perspectiva rousseuniana, é tão importante. Portanto, o ataque a riqueza significa que ninguém deve acumular mais do que ninguém. Assegurar o direito à propriedade não é apenas crucial, mas uma condição para o bem-estar comum. Por fim, orientados pela vontade geral, os cidadãos não experimentariam viver outra coisa senão um governo legítimo e popular, o pacto gerado pelos ricos seria desfeito e todos passariam a desfrutar de uma vida igualitária, livre e segura, podendo usufruir de seus bens, sem que isso represente um sacrifício.

### *Conclusão*

Por fim, diante do que foi apresentado acima parece ser coerente pensar que a vontade geral é um meio capaz de combater a pobreza e superar o despotismo. Considerada como aquela

---

<sup>97</sup> “Se existe um corpo político em Roma é porque um cidadão de Roma - como observa ainda o *Emílio* - não é nem Caius, nem Lucius, mas um romano. Se Esparta é uma República é porque seus cidadãos não existem como indivíduos particulares (...). Em uma palavra: corpo político e Pátria são a mesma coisa” (SALINAS FORTES, 1976, p. 89-90).

que promove o bem comum, a vontade geral aparece como meio legítimo capaz de estabilizar os conflitos e evitar os extremos, especialmente no que se refere ao acúmulo de riqueza. Nesse sentido, a pobreza é uma característica que Rousseau liga aos sofrimentos socialmente produzidos como a miséria e a servidão, embora também esteja ligada à perda de liberdade. É aí que o despotismo, que não suporta qualquer outro senhor, encontra as condições para crescer e tomar conta do Estado. A pobreza, que convive com a miséria e a servidão, acaba alimentando o espírito despótico que escraviza e submete.

Contudo, esse cenário social marcado pela corrupção que se amplia na medida em que o despotismo ganha força, pode ser politicamente reorganizado na medida em que a vontade geral tem como objetivo promover o bem comum. Reivindicando sua legitimidade e sua tendência em buscar a justiça, como destaca Vaughan, a vontade geral sempre pode ser reivindicada como ferramenta política capaz de afastar o despotismo e, com isso, reordenar artificialmente a sociedade e superar os sofrimentos causados pela pobreza. Como a pobreza não é exatamente a perda de algo, mas o resultado de certo desenvolvimento social e político, tal como foi mostrado no relatório parcial, então ela pode ser combatida desde que a política se dê a partir dos princípios reivindicados pela vontade geral, isto é, pela promoção da justiça e do bem comum.

### *Bibliografia*

CASSIRER, Ernst. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: Edunesp. 1999.

DÉRATHÉ, Robert. *Jean-Jacques Rousseau e a ciência política de seu tempo*. São Paulo: Discurso editorial. 2009.

DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Ronde. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. São Paulo: Ed. da UNESP: Discurso Editorial, 2006.

ISRAEL, Jonathan. *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity – 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MONTEAGUDO, Ricardo. *Entre o direito e a história: a concepção do legislador em Rousseau*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

NASCIMENTO, Milton Meira. *Opinião pública e revolução*. São Paulo: Edusp, 1989.

NEUHOUSER, Frederick. *Rousseau's Critique of Inequality*. Cambridge: University Press House, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. São Paulo: Abril, Os pensadores. 1983a.

\_\_\_\_\_. *Do contrato social: ou princípios do direito político*. São Paulo: Abril, Os pensadores. 1983b.

\_\_\_\_\_. Economia moral e política. In: SOUZA, Maria das Graças (Org.) *Verbetes políticos da Enciclopédia*. São Paulo: Edunesp, 2006.

SALINAS FORTES, L. R. *Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau*. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

\_\_\_\_\_. *Rousseau: da teoria à prática*. São Paulo: Editora Ática, 1976.

\_\_\_\_\_. *Rousseau: o bom selvagem*. São Paulo: FTD, 1989.

SILVA, Hélio. Alexandre. *Por que razão pretendeis ser pagos às nossas expensas?: pobreza e desigualdade no Segundo Discurso de Rousseau*. Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade, 24(1), 115-132. 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v24i1p115-132>

SILVA, Hélio Alexandre. *Hobbes, Rousseau e a teoria crítica: características e consequências de uma apropriação*. Tese (Doutorado em Filosofia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. – Campinas. P. 306. 2013.

SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo Francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. 49

STAROBINSKI, Jean. *A transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. O remédio no mal: o pensamento de Rousseau. In: \_\_\_\_\_. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VAUGHAN, Sharon K. *Poverty, Justice and Western Political Thought*. United Kingdom: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.